Indústria dos EUA quer "tréplica" contra o Brasil
Alex Ribeiro

A primeira resposta dos Estados Unidos às retaliações divulgadas pelo Brasil no caso do algodão poderá ser uma menção no relatório feito anualmente pelo USTR, o escritório americano que cuida de negociações comerciais, sobre os países que violam os direitos de propriedade intelectual.

Alguns lobbies já estão se movimentando para que isso ocorra, como a Associação Nacional dos Fabricantes, a mais antiga e poderosa entidade de representação da indústria nos Estados Unidos. Em audiência pública no começo do mês feita pelo USTR para colher subsídios para o relatório, o diretor de assuntos internacionais da entidade, Shaun Donnelly, disse que as retaliações brasileiras no caso do algodão são um um assunto "que necessita atenção muito grande".

"Estamos preocupados com a disposição do governo brasileiro em levar adiante retaliações cruzadas para violar direitos de propriedade intelectuais bastante antigos", disse Donnelly.

A audiência do USTR ocorreu no dia 3 de março, três semanas antes de o Brasil abrir para consulta pública a lista de retaliações à propriedade industrial de empresas americanas. Mas o governo já havia, àquela altura, publicado uma medida provisória (MP) que concedeu poderes para a Câmara de Comércio Exterior (Camex) fazer as retaliações.

A indústria brasileira, por outro lado, faz lobby no USTR para evitar que o relatório de violações à propriedade industrial cite o caso do algodão. No mês passado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a seção brasileira da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos e a Coalizão das Indústrias Brasileiras (BIC, na sigla em inglês) enviaram um documento conjunto ao USTR que sustenta que o problema foi causado pelos Estados Unidos, que não seguiram as decisões favoráveis ao Brasil emitidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) na questão dos subsídios concedidos aos produtores americanos de algodão e que foram considerados ilegais pelo organismo multilateral de comércio após um longo processo de avaliações e julgamento.

"A questão não é se o Brasil vai exercer os seus direitos (de retaliação à propriedade industrial)", afirma a carta da indústria, encaminhada pelo representante da BIC nos Estados Unidos, Diego Bonomo. "A questão é se os Estados Unidos vão obedecer às seguidas decisões da OMC", ponderou.

O USTR deverá divulgar sua versão final do relatório sobre propriedade intelectual em fins de abril. Na edição anterior, de 2009, o Brasil foi incluído na lista de países em observação, junto com outras 34 economias. Foram feitas menções à pirataria de produções culturais e softwares e à quebra de patentes de medicamentos. A situação do Brasil é melhor do que a de um grupo de 12 países, que inclui China e Rússia, relacionados na chamada lista prioritária.

A legislação americana obriga o USTR a elaborar anualmente o relatório e, no caso de violações mais sérias ao direito de propriedade, abrir uma investigação. O passo seguinte é a negociação para obter compensações e, quando elas falham, são aplicadas retaliações.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem melhorado sua situação na lista da USTR, graças aos esforços do governo para combater a pirataria. Ao elaborar seu relatório, os americanos não levam muito em consideração a opinião de organismos multilaterais. O Brasil, por exemplo, é citado no relatório em virtude da política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o licenciamento compulsório de medicamentos para aids, embora a iniciativa tenha o aval da OMC.

O Brasil ganhou o direito de impor US$ 830 milhões em retaliações a produtos americanos em uma disputa comercial na OMC sobre os subsídios à produção de algodão nos Estados Unidos. No começo do mês, a Camex divulgou uma lista de produtos americanos a serem sobretaxados, que incluem trigo, cosméticos e automóveis, entre outros. Na semana passada,

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

foi anunciada a lista de setores que podem ter a patente quebrada, incluindo medicamentos. As primeiras retaliações brasileiras só entram em vigor em abril. O governo americano sinalizou que pretende negociar com o Brasil, embora não tenha ainda apresentado nenhuma proposta concreta.

Em consulta pública até 5 de abril, a lista prévia de retaliações na área de propriedade intelectual compreende medicamentos humanos e veterinários, produtos químicos e processos biotecnológicos agrícolas, cultivares, programas de computador, execuções musicais, além de obras literárias e audiovisuais.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 22 mar. 2010, Primeiro Caderno, p. A9.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais